



4ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 13/07/2026

ATA APROVADA

ATA DA QUARTA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO SÉTIMO PERÍODO DE REUNIÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA, realizada aos 13 dias do mês de julho de 2026. Às 15h23min, o Presidente da Câmara Municipal, Vereador José Márcio Lopes Guedes (Zé Márcio Garotinho), fez a abertura da presente Audiência Pública, para discutir sobre a Mensagem do Executivo nº 4.734/2026, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com a CAIXA Econômica Federal, com ou sem garantia da União, no âmbito do Programa Avançar Cidades, do Governo Federal, com recursos do FGTS, para a Recuperação de corredor estratégico da mobilidade urbana da Região Oeste de Juiz de Fora - Estrada Engenheiro Gentil Forn, no valor máximo de R\$ 86.422.942,59 (oitenta e seis milhões, quatrocentos e vinte e dois mil, novecentos e quarenta e dois reais e cinquenta e nove centavos), e dá outras providências, de autoria do Executivo. Foi comunicado que esta Audiência Pública está sendo transmitida ao vivo pela JFTV (canal 35.1) e divulgada no site oficial da Câmara Municipal de Juiz de Fora com reprodução no canal do YouTube. Falou-se, ainda, que a participação popular está assegurada também por meio do aplicativo de mensagem WhatsApp da Câmara Municipal de Juiz de Fora (32) 99183-0786, pelo qual podem ser enviados os questionamentos e as sugestões até 30 (trinta) minutos após o início da Audiência Pública. O Presidente informou que a presente audiência atende ao disposto na Lei nº 14.757, de 20 de dezembro de 2023, que institui a obrigatoriedade da realização de audiência pública para tratar da contratação de empréstimos pelo Poder Executivo. A palavra foi passada para as considerações iniciais. Com a palavra, o Vereador Juraci Scheffer destacou que as tragédias climáticas ocorridas em Juiz de Fora exigiram a readequação do planejamento da Prefeitura, especialmente para atender demandas de mobilidade urbana. Ressaltou os impactos do fechamento da Gentil For, afirmando que os prejuízos ao trânsito atingem não apenas a Cidade Alta, mas toda a cidade, e a execução da obra beneficiará diretamente mais de 100 mil pessoas. Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças, informou que a comissão realizou análise detalhada da operação de crédito e concluiu pela viabilidade da contratação. Esclareceu que o financiamento, no valor de R\$ 86 milhões, com contrapartida municipal de R\$ 4 milhões, será liberado em parcelas, conforme o andamento da obra, não havendo desembolso integral de imediato. Explicou que a operação utiliza o Sistema Price, possui taxa de juros de 6% ao ano, acrescida da TR, prazo de carência de 12 meses e amortização em 20 anos, condições que classificou como favorecidas em relação às taxas praticadas no mercado. O Vereador disse que, embora empréstimos não sejam desejáveis, neste caso mostram-se necessários diante dos elevados custos econômicos e sociais decorrentes da interrupção da via, incluindo o aumento dos itinerários do transporte coletivo, do consumo de combustível e dos gastos públicos com subsídios ao transporte. Acrescentou que a capacidade de endividamento do Município foi analisada pela comissão, considerando a frustração de receitas verificada no exercício anterior, e que, diante das condições oferecidas pelo Programa Avançar Cidades, o parecer foi favorável à autorização da operação de crédito. Por fim, falou que a obra representa uma medida excepcional e necessária para restabelecer a mobilidade urbana, observando que outros recursos federais foram destinados ao Município para enfrentamento dos danos causados pelas chuvas, mas que a intervenção no Morro do Cristo não foi contemplada, razão pela qual se faz necessária a contratação do financiamento no âmbito do PAC Calamidade. Encerrando sua manifestação, ressaltou que a matéria deve ser analisada com serenidade e responsabilidade pelos parlamentares. O Presidente informou que o Vereador Dr. Antônio Aguiar comunicou que se encontra em atividade externa, motivo pelo qual está ausente da audiência. Com a palavra, a Secretária de Mobilidade Urbana, Senhora Fernanda Baumgratz, apresentou o projeto de recuperação da Estrada Gentil For, destacando que a intervenção abrangerá o trecho compreendido entre o trevo do Vale do Ipê e o cruzamento com a Rua José Lourenço. Informou que o projeto foi submetido ao Programa Avançar Cidades, iniciativa da Secretaria Nacional de Mobilidade Urbana destinada ao financiamento de operações de crédito para execução de projetos voltados à melhoria da mobilidade urbana. A Secretária ressaltou que a Estrada Gentil For constitui o principal corredor de acesso à região oeste de Juiz de Fora, especialmente à



4ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 13/07/2026

ATA APROVADA

Cidade Alta, atendendo importantes equipamentos públicos, como a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), o Hospital Universitário, o Aeroporto Regional e o Estádio Municipal, além de desempenhar papel estratégico na integração urbana e regional e na operação do transporte coletivo. Em seguida, abordou os impactos decorrentes da interdição da via, ocorrida em fevereiro em razão das fortes chuvas, destacando o desvio diário de aproximadamente 13 mil veículos, com consequente sobrecarga e congestionamentos em vias como a Avenida Olegário Maciel e a Avenida Itamar Franco. Acrescentou que 20 linhas de ônibus tiveram seus itinerários alterados, ocasionando aumento do tempo de viagem, da quilometragem percorrida e dos custos operacionais do sistema de transporte coletivo. Mencionou, ainda, a utilização de vias alternativas inadequadas, como a Rua José Lourenço, onde foi necessária a implantação de intervenções, incluindo redutores de velocidade. Na sequência, apresentou indicadores da importância estratégica da via, informando que ela atende diretamente cerca de 52 mil habitantes, registra fluxo anual de aproximadamente cinco milhões de veículos, tráfego médio diário de cerca de 13 mil veículos e é utilizada por 20 linhas de ônibus, que realizam 558 viagens diárias e transportam aproximadamente 50 mil passageiros. Por fim, destacou que a execução da obra permitirá o restabelecimento da principal ligação com a região oeste, promovendo melhorias na mobilidade urbana, redução dos tempos de deslocamento, maior eficiência do transporte coletivo, ampliação da acessibilidade, com implantação de calçadas, rampas e travessias seguras, além de contribuir para o fortalecimento do desenvolvimento urbano da região. Com a palavra, a Secretária de Obras, Senhora Bruna Ferreira, esclareceu que o projeto executivo da recuperação da Estrada Gentil For ainda se encontra em elaboração. Informou que, para fins de captação de recursos com o Governo Federal, foi desenvolvido um projeto preliminar, elaborado a partir de estudos técnicos e estimativas de custos, suficiente para subsidiar o pedido de financiamento, enquanto o projeto definitivo é refinado. Na sequência, apresentou o diagnóstico da área afetada, relatando que o deslizamento inicialmente identificado em um ponto específico da via revelou um processo mais amplo de instabilidade geotécnica. Explicou que, durante o monitoramento, foram constatadas trincas de tração ao longo de praticamente toda a extensão do pavimento, evidenciando movimentação do maciço e a necessidade de estabilização integral da encosta. Destacou, ainda, que a Estrada Gentil For integra o mesmo maciço geológico do Morro do Cristo, possuindo características semelhantes, como camada superficial de solo sobre rocha e pontos que demandam grampeamento de rocha. Em seguida, apresentou a concepção preliminar da intervenção, informando que a principal solução técnica consiste na implantação de uma cortina atirantada ao longo do trecho inferior da via, destinada à estabilização do aterro existente, considerado o ponto mais vulnerável da estrutura. Acrescentou que, na área de maior instabilidade, onde ocorreu o principal deslizamento, será executado solo grampeado com cobertura vegetal, visando recompor a encosta e garantir sua estabilidade. Esclareceu que o projeto executivo definirá, com maior precisão, a extensão das intervenções, podendo haver ajustes conforme os estudos geotécnicos em andamento. A Secretária informou, ainda, que também serão executadas obras de contenção na parte superior da via, onde foram identificados quatro pontos críticos de deslizamento. Sempre que tecnicamente viável, serão utilizadas soluções de contenção verde, preservando as características ambientais da região, e, nos demais locais, serão empregadas estruturas em concreto. Quanto às dimensões da obra, destacou que estão previstas aproximadamente 1.100 metros de cortina atirantada, com altura média de oito metros, mais de 4.000 m² de solo grampeado, cerca de 635 m² de telas metálicas para contenção de blocos rochosos, implantação de mais de três quilômetros de nova rede de drenagem, reconstrução completa do pavimento nos trechos comprometidos e implantação de passeio acessível ao longo de toda a extensão da via, ligando o Vale do Ipê à Cidade Alta. Ao abordar os custos, esclareceu que a composição do investimento apresentada possui caráter preliminar, elaborada com base em metodologia paramétrica da Geo-rio, amplamente utilizada para estimativas de obras de contenção. Ressaltou que a maior parcela dos recursos será destinada às obras de estabilização da encosta e drenagem, além dos serviços preliminares, como demolições e



4ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 13/07/2026 ATA APROVADA

perfurações em rocha, sendo que os valores serão refinados após a conclusão do anteprojeto. Por fim, apresentou o cronograma do empreendimento, informando que a primeira etapa compreendeu o diagnóstico da área e a captação de recursos; a segunda, atualmente em andamento, corresponde à elaboração do anteprojeto; a terceira envolverá sua aprovação e a assinatura do contrato de financiamento; e a quarta consistirá na licitação e execução das obras, por meio do regime de contratação integrada, no qual a empresa vencedora será responsável pela elaboração dos projetos básico e executivo e pela execução da obra, medida que, segundo destacou, proporciona maior celeridade e reduz riscos de incompatibilidades técnicas. Com a palavra, o Secretário da Fazenda, Senhor Richard Tavares, informou que a Secretaria já encaminhou à Câmara Municipal o estudo de impacto orçamentário referente à operação de crédito. Destacou, ainda, que a repactuação de financiamentos anteriormente contratados representará redução de aproximadamente R\$ 310 milhões, o que, diante da contratação do financiamento estimado em R\$ 86,8 milhões, demonstra que o Município possui margem fiscal e capacidade de endividamento suficientes para viabilizar a operação. Com a palavra, o Secretário de Governo, Senhor Ronaldo Pinto Júnior, agradeceu a oportunidade de apresentar os esclarecimentos relativos ao projeto e informou que o Município buscou, inicialmente, incluir a obra da Estrada Gentil For no conjunto de intervenções financiadas pelo PAC Calamidade. Contudo, após análise do Ministério das Cidades, a intervenção foi classificada como obra de mobilidade urbana, e não de contenção de encostas voltada à proteção de áreas habitacionais, requisito necessário para enquadramento no programa. Esclareceu que o pleito inicial do Município contemplava aproximadamente R\$ 307 milhões em obras, incluindo a recuperação da Estrada Gentil For. Entretanto, o Governo Federal aprovou cerca de R\$ 218 milhões destinados exclusivamente às intervenções relacionadas à contenção de encostas com impacto direto sobre áreas de moradia. Diante disso, o Ministro das Cidades orientou a Prefeitura a apresentar proposta de financiamento específica para a obra de mobilidade urbana, por meio de linha de crédito federal. O Secretário destacou que, em razão dessa orientação, foi elaborado e encaminhado o projeto apresentado pelas Secretárias Fernanda Baumgratz e Bruna Ferreira, ressaltando que a operação de crédito oferece condições financeiras favoráveis, com taxas inferiores às praticadas pelo mercado. Salientou que obras dessa magnitude dificilmente poderiam ser executadas apenas com recursos próprios do Município, razão pela qual considerou indispensável a contratação do financiamento para viabilizar a recuperação da via. Informou, ainda, que a proposta foi protocolada no Ministério das Cidades, posteriormente analisada e encaminhada à Caixa Econômica Federal, que atestou a capacidade fiscal do Município para a contratação da operação de crédito. Acrescentou que, para preservar o limite de endividamento municipal, a Prefeitura optou por abrir mão de outros dois financiamentos anteriormente aprovados por esta Casa, entendendo que a recuperação da Estrada Gentil For constitui prioridade para a Administração. Ao final, solicitou o apoio dos Vereadores para a célere tramitação da matéria, ressaltando a importância da obra para o restabelecimento da mobilidade urbana, especialmente na região oeste do Município, e colocou-se à disposição para prestar os esclarecimentos necessários. Pela ordem, o Vereador Juraci Scheffer complementou sua manifestação, destacando que a obra também proporcionará maior segurança aos moradores das Ruas Vereador José Gasparete e Jamil Altaf, localizadas no Vale do Ipê. Ressaltou que a intervenção não beneficiará apenas a mobilidade urbana, mas também contribuirá para a estabilidade da encosta e a proteção das famílias residentes na parte inferior da área afetada. Prosseguindo a audiência, a palavra foi passada para os inscritos do público. Com a palavra, o Senhor Lucas Gusmão, morador do Parque Burnier, informou que compareceu à audiência para acompanhar as discussões e apresentou questionamentos dirigidos, especialmente, à Secretária de Obras e ao Secretário da Fazenda. Inicialmente, indagou se a contratação da operação de crédito seria, de fato, a única alternativa para viabilizar a execução da obra, questionando se todas as possibilidades de obtenção de recursos sem financiamento haviam sido esgotadas. Em seguida, manifestou preocupação quanto aos impactos financeiros da operação de crédito para as futuras



4ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 13/07/2026

ATA APROVADA

administrações municipais, ressaltando que, embora reconheça a urgência e a importância da intervenção para solucionar os problemas de mobilidade urbana enfrentados pela população, é necessário avaliar as consequências do endividamento para os próximos mandatos. O orador observou, ainda, que a Câmara Municipal já autorizou expressivo volume de operações de crédito nos últimos anos e questionou qual será a capacidade futura do Município para suportar esse endividamento. Destacou a importância de conciliar o atendimento das necessidades imediatas da população com o planejamento financeiro de longo prazo, a fim de evitar que decisões tomadas no presente comprometam as futuras gerações. Ao encerrar sua manifestação, reiterou que reconhece a relevância da obra e os transtornos enfrentados pelos moradores da região, mas defendeu que a execução da intervenção seja acompanhada de planejamento e responsabilidade fiscal. Com a palavra, a Senhora Natália Paleta manifestou preocupação quanto aos impactos financeiros da operação de crédito, observando que, pelas condições apresentadas, o financiamento será amortizado em vinte anos, com doze meses de carência, o que, segundo seus cálculos, resultaria em desembolso significativamente superior ao valor originalmente contratado, além da incidência da Taxa Referencial (TR). Questionou se não haveria possibilidade de obtenção de recursos federais sem a necessidade de contratação de financiamento e ponderou que as condições da operação seriam semelhantes às de outros financiamentos anteriormente contratados pelo Município. Na sequência, abordou a situação do Bairro Esplanada, disse que a área possui registros de risco geológico apontados em laudos da Defesa Civil desde 2001. mencionou o Programa Colorindo o Habitar, implantado no local em 2022, sustentando que a iniciativa teria incentivado a permanência de moradores em área considerada de risco e que, posteriormente, foi anunciada a necessidade de demolição de imóveis da região. Defendeu que o caso seja objeto de apuração e reflexão, ressaltando a importância da atuação preventiva do Poder Público em áreas suscetíveis a deslizamentos. Ao final, parabenizou a Câmara Municipal pela realização das audiências públicas sobre o tema e defendeu que, além das grandes obras de contenção e recuperação, sejam implementadas ações preventivas permanentes voltadas à manutenção de córregos, estabilização de encostas e mitigação dos riscos geológicos, considerando a proximidade do período chuvoso. Pela ordem, o Vereador João Wagner Antoniol solicitou ao Secretário da Fazenda, Richard Tavares, esclarecimentos sobre a informação de que o Município abrirá mão de parte das operações de crédito anteriormente autorizadas para viabilizar a contratação do financiamento destinado à recuperação da Estrada Gentil For. Em seguida, dirigiu-se à Secretária de Obras, Bruna Ferreira, e ao Secretário de Governo, Ronaldo Pinto Júnior, para solicitar maior atenção às demandas da região Sudeste, lembrando os graves deslizamentos ocorridos durante as chuvas de fevereiro. Destacou que ainda existem diversos pontos críticos aguardando intervenções, mencionando, entre eles, a Avenida Brasil e bairros da região, e defendeu a realização de obras preventivas de contenção para garantir maior segurança à população. Pela ordem, o Vereador Negro Bússola disse que o estudo de impacto orçamentário mencionado pelo Secretário da Fazenda não havia sido encaminhado previamente aos Vereadores com a Mensagem do Executivo, sustentando que essa informação deveria ter sido disponibilizada para análise da Casa. Na sequência, manifestou preocupação com o volume de operações de crédito autorizadas pelo Município nos últimos anos, argumentando que o endividamento poderá comprometer as futuras administrações e onerar a população. Defendeu que o Governo Federal deveria ampliar o apoio financeiro ao Município, evitando a necessidade de novas operações de crédito, e mencionou a possibilidade de maior articulação junto à bancada federal para obtenção de recursos. Por fim, disse que acompanhará, por meio da comissão criada para fiscalizar as obras decorrentes das chuvas de fevereiro, a execução das intervenções previstas, reiterando seu posicionamento contrário à contratação da operação de crédito e declarando voto contrário à matéria. Pela ordem, o Vereador Maurício Delgado disse que votou contrariamente às operações de crédito aprovadas em legislaturas anteriores e falou que, à época, o Município possuía condições favoráveis para contratação de financiamentos, mas que parte deles não chegou a ser efetivada. Defendeu que



4ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 13/07/2026 ATA APROVADA

a análise da nova operação de crédito deve considerar os impactos financeiros para as futuras administrações e para a população. Em seguida, manifestou preocupação com a ausência do projeto definitivo da obra, observando que o anteprojeto ainda está em elaboração e que, por esse motivo, o custo final da intervenção ainda não é conhecido. Também questionou a impossibilidade de obtenção de recursos com os Governos Federal e Estadual sem a necessidade de contratação de financiamento. Ao final, pediu aos Vereadores para que reflitam sobre os efeitos da contratação da operação de crédito, destacando a necessidade de responsabilidade fiscal diante da situação financeira do Município. Reiterou seu posicionamento contrário à proposta e declarou voto contrário à autorização do empréstimo. Na sequência, a palavra foi passada para os Vereadores inscritos. Com a palavra, o Vereador Sargento Mello Casal disse estar preocupado com a situação fiscal do Município e com os impactos das operações de crédito sobre as futuras administrações. Criticou a condução da política orçamentária municipal, afirmando que houve superestimação de receitas e defendendo que a Câmara deveria ter recebido com a mensagem do Executivo o estudo de impacto financeiro da operação de crédito para subsidiar sua análise. Ressaltou que não questiona a necessidade da obra de recuperação da Estrada Gentil For, mas sim os reflexos financeiros da contratação do financiamento, especialmente em relação ao comprometimento de receitas futuras do Município como garantia da operação. Sustentou que a decisão poderá afetar as próximas gestões e comprometer a capacidade financeira da Administração. Ao final, declarou que seu posicionamento contrário à matéria decorre da preocupação com a responsabilidade fiscal e com os impactos da operação de crédito para o futuro do Município, e não da discordância quanto à importância da obra para a mobilidade urbana. Neste ato, o Vereador André Luiz Vieira assumiu a Mesa Diretora. Pela ordem, a Vereadora Cida Oliveira declarou voto favorável à operação de crédito, por entender que a recuperação da Estrada Gentil Forn é necessária para restabelecer a mobilidade urbana e garantir melhores condições de deslocamento à população da Cidade Alta. Destacou que obras estruturantes e de contenção são essenciais para prevenir novos problemas decorrentes das chuvas e assegurar maior segurança à população. Pela ordem, o Vereador Maurício Delgado esclareceu que seu voto contrário à operação de crédito não representa oposição à execução da obra, cuja importância reconhece, mas sim preocupação com a responsabilidade fiscal e os impactos financeiros para o futuro do Município. Defendeu que os Governos Federal e Estadual também devem contribuir para o financiamento da intervenção e colocou-se à disposição para apoiar iniciativas de articulação junto a esses entes. Pela ordem, a Vereadora Laiz Perrut defendeu a contratação da operação de crédito, destacando que, após as chuvas de fevereiro, o Governo Federal destinou aproximadamente R\$ 218 milhões para obras de reconstrução e contenção no Município. Ressaltou, contudo, que a recuperação da Estrada Gentil For não foi contemplada por esse programa, razão pela qual se fez necessária a busca de financiamento específico. A Vereadora ponderou que, além dos impactos financeiros da operação de crédito, é preciso considerar as consequências de não executar a obra, diante dos prejuízos à mobilidade urbana e à população da Cidade Alta. Ao final, afirmou que a contratação do financiamento representa uma medida necessária para garantir a reconstrução da via e a continuidade do desenvolvimento da cidade. Pela ordem, o Vereador Fiote disse que está preocupado com a execução de obras na região sudeste do Município. Falou que diversos problemas permanecem sem solução, apesar das sucessivas autorizações para contratação de operações de crédito. Citou, entre outros exemplos, intervenções pendentes nas Ruas Francisco Rodrigues da Silva e Primeira Vitória, no Bairro Santo Antônio, além de demandas na Avenida Brasil, no Bairro de Lourdes e na região do Retiro. O Vereador também cobrou a realização de obras de drenagem, contenção e limpeza de córregos, destacando que a população da região continua enfrentando riscos e cobrando providências. Ao final, solicitou que a Administração Municipal dê maior atenção às demandas da região sudeste, manifestando sua insatisfação com a situação atual. Pela ordem, o Vereador Marlon Siqueira destacou que a realização de audiências públicas para discussão de operações de crédito permite ampliar a transparência e esclarecer a população sobre a necessidade



4ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 13/07/2026 ATA APROVADA

dos financiamentos. Em seguida, solicitou ao Executivo que esclareça à população que a contratação da operação de crédito destinada à recuperação da Estrada Gentil For ocorrerá mediante a desistência de duas operações de crédito anteriormente previstas, relacionadas a obras no Rio Paraibuna e na Quinta Adutora. Ressaltou que o novo financiamento possui valor inferior ao montante das operações que deixarão de ser contratadas, razão pela qual defendeu a importância de esclarecer que a medida representa uma substituição de financiamentos, e não um aumento do endividamento previsto. Pela ordem, o Vereador Negro Bússola disse que não foi convidado para a reunião realizada pelo Executivo com Vereadores para apresentação da operação de crédito, defendendo que todos os parlamentares deveriam ser igualmente incluídos nas discussões sobre matérias de interesse do Município. Na sequência, apresentou considerações sobre o atendimento das demandas encaminhadas por parlamentares e solicitou ao Secretário de Governo, Ronaldo Pinto Júnior, e à Secretária de Obras, Bruna Ferreira, providências em relação às obras de infraestrutura na Rua Dante Mancini, no Bairro Previdenciários, lembrando de tratativas anteriormente realizadas sobre o assunto. Também mencionou a necessidade de intervenções em outras localidades, como o Bairro Dom Bosco, e pediu maior atenção às demandas das comunidades que representa. Ao final, reforçou o pedido para que os compromissos assumidos pelo Executivo em relação às obras fossem cumpridos, destacando que as reivindicações têm por objetivo atender às necessidades da população local. Pela ordem, a Vereadora Roberta Lopes falou que o Presidente da República anunciou apoio federal para a reconstrução de Juiz de Fora após as chuvas de fevereiro, citando declarações divulgadas pela imprensa e pelo Portal da Prefeitura acerca da destinação de recursos e do compromisso da União com a recuperação do Município. Em seguida, informou ter protocolado pedido de informações solicitando ao Executivo acesso aos levantamentos realizados sobre os programas de reconstrução, bem como às propostas e aos pedidos formalmente encaminhados aos Governos Federal e Estadual para obtenção de recursos destinados às obras necessárias. Questionou, ainda, quais iniciativas de articulação institucional foram adotadas pelo Município para viabilizar recursos externos e reduzir a necessidade de contratação de nova operação de crédito, solicitando esclarecimentos do Executivo sobre o tema. Com a palavra, o Vereador Juraci Scheffer defendeu a aprovação da operação de crédito, argumentando que os custos decorrentes da não execução da obra seriam superiores aos da contratação do financiamento, diante dos prejuízos causados à mobilidade urbana. Ressaltou que a recuperação da Estrada Gentil For beneficiará diretamente milhares de pessoas, incluindo moradores, trabalhadores, estudantes e usuários dos serviços localizados na Cidade Alta. O Vereador destacou que o Município está abrindo mão de outras operações de crédito em razão da obtenção de recursos federais a fundo perdido para diferentes obras, sustentando que a nova operação não representa aumento do endividamento inicialmente previsto. Acrescentou que as condições do financiamento são favoráveis, com juros reduzidos, prazo de carência e longo período para amortização. Também observou que a obra contempla intervenções estruturais, especialmente na drenagem da via, inexistente em diversos trechos, além de medidas de estabilização da encosta, consideradas indispensáveis diante dos impactos das mudanças climáticas e dos eventos extremos registrados no Município. Pediu aos Vereadores para que aprove a operação de crédito, por entender que a medida é essencial para restabelecer a mobilidade urbana, garantir maior segurança à população e assegurar a execução da obra. Pela ordem, o Vereador João do Joaquinho disse que conhece os impactos causados pela interdição da Estrada Gentil For, destacando os transtornos enfrentados pela população da Cidade Alta em razão da perda de um dos principais acessos à região. Ressaltou que, embora considere o aumento do endividamento municipal uma medida indesejável, entende que, diante da ausência de outra opção, a execução da obra é indispensável. O Vereador observou que a situação tem provocado congestionamentos, dificuldades no transporte de pessoas e mercadorias e prejuízos à atividade econômica da região, defendendo a realização da obra com a maior brevidade possível. Acrescentou que a Câmara deverá acompanhar e fiscalizar sua execução, assegurando a correta



4ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 13/07/2026 **ATA APROVADA**

aplicação dos recursos públicos. Com a palavra, a Vereadora Letícia Delgado destacou que a realização de audiências públicas para discussão de operações de crédito contribui para ampliar a transparência e qualificar o debate sobre a matéria. Em seguida, ressaltou que a interdição da Estrada Gentil For compromete a mobilidade de toda a cidade, afetando trabalhadores, estudantes, usuários do transporte coletivo e a dinâmica do trânsito, razão pela qual considerou urgente a execução da obra. A Vereadora observou que o Município já obteve mais de R\$ 200 milhões em recursos federais a fundo perdido para obras de reconstrução, enquanto a recuperação da Estrada Gentil For depende de operação de crédito específica. Acrescentou que o Executivo informou que deixará de contratar duas operações de crédito anteriormente autorizadas, substituindo-as pelo financiamento destinado à recuperação da via. Esclareceu, ainda, que a autorização legislativa estabelece apenas o valor máximo da operação de crédito, sendo que o montante efetivamente contratado dependerá da conclusão do projeto e do resultado da licitação. Por fim, declarou voto favorável à operação de crédito, por entender que a medida é necessária para viabilizar a recuperação da via e restabelecer a mobilidade urbana do Município. Pela ordem, o Vereador Sargento Mello Casal reiterou sua preocupação com a situação orçamentária do Município e com a forma de tramitação das operações de crédito, afirmando que as informações encaminhadas pelo Executivo são insuficientes para subsidiar a análise da matéria. Destacou que o estudo de impacto financeiro não acompanhou a mensagem encaminhada à Câmara e defendeu que a documentação necessária deveria ser apresentada acompanhada do projeto. O Vereador esclareceu que seu posicionamento não é contrário à execução da obra de recuperação da Estrada Gentil For, mas à forma de contratação da operação de crédito e às condições fiscais do Município. Também afirmou que persistem dúvidas quanto às fontes de recursos e às operações de crédito anteriormente autorizadas, reiterando a necessidade de maior clareza e transparência na tramitação da proposta. Neste ato, o Vereador João Wagner Antoniol assumiu a Presidência. Pela ordem, o Vereador Juraci Scheffer reiterou seu pedido para que os Vereadores aprove a operação de crédito, destacando que, no caso específico, as condições do financiamento são favoráveis e que a necessidade da obra justifica sua contratação. Ressaltou que, diante da situação enfrentada pelo Município, a não execução da intervenção poderá acarretar custos ainda maiores para a cidade. Pela ordem, a Vereadora Letícia Delgado disse que o cenário ideal seria a reconstrução do Município sem a necessidade de contratação de operações de crédito. Ressaltou, contudo, que a responsabilidade pela recuperação de Juiz de Fora deve ser compartilhada entre os Governos Municipal, Estadual e Federal. A Vereadora sustentou que a insuficiência de apoio do Governo do Estado contribuiu para a necessidade de contratação do financiamento, defendendo que uma atuação conjunta dos entes federativos poderia reduzir a necessidade de endividamento do Município. Com a palavra, o Vereador André Luiz Vieira disse que respeita o posicionamento de todos os parlamentares, destacando que a votação deve ser pautada pela consciência de cada um. Ressaltou que a discussão sobre a operação de crédito envolve não apenas aspectos orçamentários, mas, sobretudo, a necessidade de preservar vidas e evitar novas tragédias. O Vereador observou que as chuvas de fevereiro causaram perdas humanas e materiais e defendeu que obras de contenção e estabilização de encostas devem ser tratadas como prioridade. Recordou que a Câmara já aprovou operação de crédito destinada a obras no Bairro Dom Bosco e destacou que investimentos dessa natureza são essenciais para reduzir riscos e proteger a população. Acrescentou que, embora seja importante buscar o equilíbrio das contas públicas, cabe ao Poder Público promover o desenvolvimento econômico e ampliar a arrecadação para fazer frente às despesas necessárias. Salientou, ainda, que a recuperação da Estrada Gentil For também contribuirá para a segurança dos moradores das áreas próximas e para a prevenção de novos deslizamentos. Por fim, declarou voto favorável à operação de crédito, por entender que a execução da obra é necessária para proteger vidas, garantir a segurança da população e restabelecer a mobilidade urbana do Município. Com a palavra, o Vereador Pardal destacou a importância da realização da audiência pública para discussão da operação de crédito,



4ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 13/07/2026

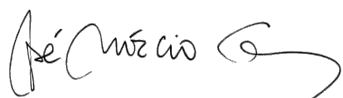
ATA APROVADA

ressaltando que o procedimento atende à legislação vigente e contribui para a transparência do processo. O Vereador falou que, após as chuvas de fevereiro, o Município passou a enfrentar diversos problemas estruturais, exigindo providências do Poder Executivo e o apoio do Poder Legislativo para viabilizar as intervenções necessárias. Salientou que a recuperação da Estrada Gentil For é fundamental para restabelecer a mobilidade da Cidade Alta e de toda a população que utiliza a via. Também defendeu a tramitação célere da matéria pelas comissões permanentes da Câmara, observando que outros projetos de reconstrução já contam com recursos assegurados. Destacou que a Prefeitura vem adotando medidas para enfrentar os danos causados pelas chuvas e que a autorização da operação de crédito permitirá o início das obras na Estrada Gentil For. O Vereador solicitou, ainda, a inclusão da Mensagem do Executivo nº 4.734/2026 na pauta da reunião ordinária do dia seguinte. Com a palavra, o Secretário de Governo, Ronaldo Pinto Júnior, agradeceu a participação dos Vereadores e destacou a importância da audiência pública para ampliar a transparência e esclarecer à população os aspectos relacionados à contratação da operação de crédito. Esclareceu que a recuperação da Estrada Gentil For foi classificada pelo Governo Federal como obra de mobilidade urbana, motivo pelo qual não pôde ser contemplada com os recursos destinados às obras de contenção de encostas e reconstrução de moradias. Ressaltou que, para essas outras intervenções, o Município já obteve recursos federais a fundo perdido, destinados a obras de contenção, macrodrenagem, reconstrução de equipamentos públicos, benefícios às famílias atingidas e demais ações decorrentes da calamidade. O Secretário informou que a Prefeitura optou por abrir mão de duas operações de crédito anteriormente autorizadas, no montante aproximado de R\$ 310 milhões, para priorizar a contratação do financiamento de até R\$ 86 milhões destinado à recuperação da Estrada Gentil For, entendendo tratar-se da principal demanda de mobilidade urbana do Município. Esclareceu, ainda, que a contratação do financiamento dependeu de análise da capacidade de endividamento do Município pela Caixa Econômica Federal e que a autorização legislativa estabelece apenas o valor máximo da operação, sendo que o custo efetivo da obra será definido após a licitação, quando as empresas apresentarem suas propostas. Acrescentou que experiências recentes demonstram que os valores contratados tendem a ser inferiores às estimativas iniciais, em razão da concorrência no processo licitatório. Destacou, por fim, que a recuperação da Estrada Gentil For é considerada prioritária pela Administração Municipal, em razão de sua relevância para a mobilidade da zona oeste, beneficiando moradores, estudantes, comerciantes e usuários do transporte coletivo, e solicitou o apoio da Câmara para a aprovação da matéria, visando à rápida contratação e execução da obra. Pela ordem, o Vereador Sargento Mello Casal ressaltou que todos os parlamentares representam a população e defendeu que o Executivo mantenha o mesmo compromisso com a gestão do orçamento público demonstrado ao solicitar a aprovação de operações de crédito. Também solicitou maior atenção à execução orçamentária do Município, especialmente quanto ao cumprimento das obrigações financeiras e trabalhistas, afirmando que essas medidas igualmente atendem aos interesses da população. Ato contínuo, passou-se para as considerações finais. Com a palavra, o Vereador Juraci Scheffer destacou a necessidade de dar celeridade às obras decorrentes da calamidade, mencionando, além da recuperação da Estrada Gentil For, a execução das intervenções no Córrego São Pedro, que deverão ocorrer de forma concomitante. Ressaltou a importância de observar os prazos para utilização dos recursos destinados às obras e de agilizar a elaboração dos projetos, a contratação do financiamento e a realização da licitação. O Vereador enfatizou os impactos da interdição da Estrada Gentil For sobre a mobilidade, a atividade econômica e o atendimento de serviços essenciais, especialmente para os usuários do transporte coletivo e para situações de emergência em saúde. Também lembrou a relevância de outras obras de contenção em andamento e observou que a recuperação da infraestrutura afetada pelas chuvas exigirá continuidade dos investimentos ao longo dos próximos anos. Por fim, solicitou aos Vereadores a aprovação da operação de crédito na reunião do dia seguinte, a fim de viabilizar a contratação do financiamento e o início das obras o mais breve possível. Pela ordem, o Vereador João do Joaquinho reafirmou a

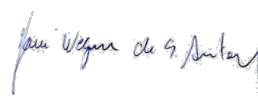


4ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 13/07/2026 ATA APROVADA

urgência da execução das obras na Estrada Gentil For, destacando que a população não pode continuar enfrentando os transtornos causados pela interdição da via e que a recuperação deve ser iniciada o mais rapidamente possível, com fiscalização por parte da Câmara. O Vereador aproveitou a presença dos representantes do Executivo para solicitar providências em outras localidades da região da Cidade Alta, especialmente no Jardim Natal, onde moradores permanecem sem acesso ao transporte coletivo devido às interdições. Pediu que seja realizada uma vistoria conjunta com a Defesa Civil para reavaliar a situação e verificar a possibilidade de restabelecimento parcial do acesso. Também mencionou problemas no Alto Grajaú, Santa Rita e Cerâmica, ressaltando que diversas comunidades continuam enfrentando dificuldades de mobilidade e convivendo com áreas de risco. Ao final, solicitou ao Executivo maior agilidade nas respostas e nas intervenções, para que a população afetada tenha soluções concretas e possa contar com informações mais precisas sobre as ações previstas. O Presidente em exercício, Vereador João Wagner Antoniol solicitou que também seja incluída nas obras prioritárias a intervenção na Rua Energina Ernesto Guilherme, no Bairro de Lourdes. Destacou que o local enfrenta problemas há cerca de seis anos e lembrou que a Prefeita esteve na região em 2021, quando assumiu o compromisso de buscar uma solução. Ressaltou que se trata de uma obra de grande porte e alertou para o risco de novos deslizamentos, sugerindo que a intervenção seja contemplada no âmbito das obras do PAC. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente em exercício João Wagner Antoniol encerrou a Audiência Pública às 17h56min. Estiveram presentes: o Secretário de Governo, Senhor Ronaldo Pinto Júnior; a Secretária de Mobilidade Urbana, Senhora Fernanda Baumgratz; a Secretária de Obras, Senhora Bruna Ferreira Rocha e o Secretário de Fazenda, Senhor Richard Tavares. Compareceram os Vereadores: André Luiz Vieira da Silva (André Luiz Vieira), Aparecida de Oliveira Pinto (Cida Oliveira), Carlos Alberto de Mello (Sargento Mello Casal), Carlos José de Souza (Fiote), Jefferson da Silva Januário (Negro Bússola), João Evangelista de Almeida (João do Joaninho), João Wagner de Siqueira Antoniol (João Wagner Antoniol), José Márcio Lopes Guedes (Zé Márcio Garotinho), Juraci Scheffer, Laiz Perrut Marendino (Laiz Perrut), Letícia Fonseca Paiva Delgado (Letícia Delgado), Luiz Otávio Fernandes Coelho (Pardal), Marlon Siqueira Rodrigues Martins (Marlon Siqueira), Maurício Henrique Pinto de Oliveira Delgado (Maurício Delgado) e Roberta Lopes Alves (Roberta Lopes). Para constar, Amanda Krass Vaz de Melo, Superintendente de Registros e Normatização Legislativa, e Karina Médice de Freitas, Supervisora dos Serviços de Procedimento Legislativo e Rotinas Internas, lavraram a presente ata, que vai devidamente assinada nos termos regimentais, após aprovada em Plenário no dia 26 de agosto de 2026.



José Márcio Lopes Guedes
Presidente da Câmara Municipal



João Wagner de Siqueira Antoniol
1º Secretário

